

## CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO: AS DETERMINAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AS PERCEPÇÕES DAS ALTERAÇÕES NAS SUBJETIVIDADES DOS TRABALHADORES APÓS A PERDA DO EMPREGO

Luciana do Carmo Ferreira – UFMS – lu\_dcf@hotmail.com  
Dr<sup>a</sup>. Inara Barbosa Leão – UFMS – inarableao@hotmail.com  
Lívia Gomes dos Santos – UFMS – liviagomess@hotmail.com  
Jeferson Renato Montreozol – UFMS – jeff\_brother2003@hotmail.com  
Priscilla Soares Teruya – UFMS – pripocona@hotmail.com

O desemprego promove mudanças nas relações com todos os subgrupos sociais nos quais o sujeito desempregado participa, alterando suas dinâmicas psicossociais e as mediações que estabelecem com o grupo social mais amplo. Conseqüentemente os significados que os grupos adotam sobre o desemprego e seus membros desempregados, são os primeiros mediadores que ao serem alterados, influem na organização da consciência individual.

De acordo com Vigotsky (2007), o homem é um ser ativo, social e histórico, sendo esta a sua condição humana, e assim irá constituir suas formas de pensar, sentir e agir: sua consciência. O homem se insere em um universo sociocultural e através das relações e experiências que aí mantém, desenvolverá sua dimensão psicológica, pois é por meio da atividade externa que se criam possibilidades de se construir a atividade interna.

Este é um dos pilares da Teoria Psicológica Sócio-Histórica e nos explica como que através de nossa atividade no mundo material, construímos nossa subjetividade. Como passamos a maior parte do nosso tempo, envolvidos com o trabalho que exercemos, este acaba por moldar as relações interpessoais, a maneira de nos vestirmos, nos comportarmos, as expectativas e projetos que criamos. Desta maneira, a perda desta atividade, pode causar modificações na subjetividade dos indivíduos.

A história do desemprego está diretamente relacionada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista industrial. De acordo com Marx (1983) o desemprego surge como um dos resultados das contradições inerentes ao modelo capitalista, que ao mesmo tempo em que cria um exército de trabalhadores, cria um exército de mão-de-obra de reserva.

Na sociedade contemporânea, o acelerado desenvolvimento tecnológico na área da comunicação, transporte e principalmente na robótica, caracteriza uma nova etapa do capitalismo, que nos coloca novos desafios com a diminuição dos postos de trabalho. Entretanto, de acordo com Leão (2006), sempre que nos deparamos com as crises de desemprego, também nos deparamos com novas formas de ordenamento do pensamento, das emoções e das relações sociais entre os homens.

Estas novas formas de ordenamento são determinadas por fatores relacionados à realidade dos desempregados e podem ajudar na manutenção das suas identidades de trabalhadores e conseqüentemente, diminuir o impacto na subjetividade dos mesmos. Uma maneira de identificar alguns destes fatores é estudando os perfis socioeconômicos dos desempregados.

A seguir apresentaremos alguns resultados da pesquisa Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e Emoção, que vem sendo desenvolvida desde 2005 pelo Grupo de Estudos

sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho, vinculado à Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O universo de dados obtidos por essa pesquisa, coletados em 2006 e 2007, foi obtido por meio de entrevistas feitas com mil desempregados que procuravam as Agências Públicas de Intermediação de Mão-de-obra da Fundação Social do Trabalho, vinculada à Prefeitura Municipal de Campo Grande, e da Fundação do Trabalho, ligada ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Durante uma análise preliminar das primeiras 500 entrevistas, verificamos que 30,54% dos desempregados entrevistados, disseram não haver notado modificações em suas formas de pensar, sentir/emocionar-se ou de lidar com outras pessoas após a perda do emprego. A constatação deste fenômeno e a sua alta incidência no universo pesquisado indicaram-nos a necessidade de uma análise mais aprofundada.

O estudo dos fatores que possam estar influenciando na gênese desse fenômeno é de fundamental importância para compreensão dos mecanismos socioeconômicos e culturais que estão envolvidos no processo de subjetivação da realidade pelos trabalhadores desempregados. Porém, este estudo específico não está contemplado nos objetivos gerais e nem nos específicos da pesquisa original, o que serviu de motivação para a elaboração deste trabalho.

As respostas dos questionários utilizados foram relativas à identificação do entrevistado, histórico escolar e a situação do desempregado. Para obtermos as informações referentes às Emoções, selecionamos a pergunta, que questiona os desempregados sobre a percepção de modificações em suas formas de pensar, sentir, emocionar-se ou de lidar com outras pessoas depois que ficaram desempregadas.

Após a tabulação dos dados, as respostas dos entrevistados foram divididas em dois grupos. Obtivemos desta forma um grupo (Grupo I) de entrevistados que responderam ter percebido mudanças em sua subjetividade após a perda do emprego (69,1%), e outro grupo (Grupo II) com os entrevistados que referiram não ter percebido mudanças em sua subjetividade (28,8%).

O primeiro dado avaliado foi o Estado Civil, cujo termo denota a convivência marital ou a ausência desta, em seus diferentes arranjos legais, onde os dois grupos são semelhantes, o que demonstra que esta variável, não está interferindo de maneira importante na percepção ou não de mudanças na subjetividade dos trabalhadores após a perda de seus empregos. A predominância é de trabalhadores desempregados solteiros, que compõem aproximadamente 60% dos entrevistados em ambos os grupos.

Em relação à idade, constatamos que a idade média dos desempregados do Grupo I, que é composto por aqueles trabalhadores desempregados que afirmaram perceber mudanças, é estatisticamente maior que a do Grupo II, que não refere mudanças, sendo de 28,28 anos para o primeiro grupo e 26,62 anos para o segundo. Na distribuição de frequência, percebemos que proporcionalmente, existem mais desempregados na faixa etária dos 18 aos 25 anos no Grupo II. Em contrapartida, no Grupo I, pode-se notar um aumento na proporção de indivíduos na faixa etária entre 34 a 41 anos.

Desta maneira, o Grupo II tem em sua maioria sujeitos jovens, onde o grau de dependência da família primária costuma ser maior. Muitos contam com o apoio financeiro dos pais, não tendo ainda responsabilidade direta sobre dependentes. Este fenômeno, denominado Adolescência Tardia, se apóia nos argumentos teóricos de várias teorias psicológicas que tomam como referência para se reconhecer um indivíduo como adulto o fato de se tornar capaz de sustentar a si mesmo e a sua família. Como atualmente o mercado de trabalho não absorve o contingente de trabalhadores que

chegam a ele, esta se tornando cada vez mais comum os adolescentes de 25 anos ou mais.

Ainda relacionado à idade, no Grupo I, onde os trabalhadores referem mudanças, existe um número proporcionalmente maior de desempregados na faixa entre 34 a 41 anos. Nesta faixa, formada por indivíduos com maior experiência de trabalho, normalmente a dependência financeira dos pais já é bem menor. Chega, em algumas situações, a ocorrer uma inversão: o trabalhador assume o sustento de seus progenitores. Muitos já possuem filhos e cônjuges, o que aumenta ainda mais as cobranças sociais sobre sua condição de desempregado.

Nesta faixa dos 34 aos 41, os fatores biofisiológicos começam a limitar os trabalhadores que buscam trabalhos para os quais a força é uma exigência. Já nos trabalhos que exigem mais o intelecto, uma boa formação é essencial, o que demanda um custo alto e tempo disponível. Esse custo financeiro, tempo investido na formação, o medo de não corresponder às exigências do empregador e o papel de mantenedor cobrado pela sociedade, pode justificar uma proporção maior de desempregados nesta faixa etária, no grupo que referiu mudanças na sua subjetividade após a perda do emprego.

Em relação ao sexo, encontramos o predomínio de 54,2% de homens no grupo que não referiu mudanças em suas formas de sentir, pensar e se comportar devido ao desemprego, o que é significativamente diferente no grupo que reconhece as alterações nas suas subjetividades, onde as mulheres predominam com 56%.

Outra constatação importante nesta pesquisa, diz respeito ao tempo médio de desemprego. Nos dois grupos estudados, as mulheres estão desempregadas, significativamente, há mais tempo que os homens. É interessante notar que novos modelos de família surgiram nas últimas décadas e, de acordo com Pochmann (2001), as mulheres estão sendo mais pressionadas pela família a entrar no mercado de trabalho. Elas estão assumindo a função de mantenedoras que era historicamente masculina e não mais de colaboradoras, como em outras épocas.

Isso tem reflexos imediatos na sociedade moderna, como por exemplo, a redução no número de filhos, a guarda compartilhada nos casos de dissolução de casamentos, escolas em tempo integral e redefinição do papel educacional das escolas, que assumem funções de formação que eram anteriormente outorgadas aos pais. Estas transformações na função da mulher no universo do trabalho assalariado, associadas a uma redefinição de suas funções sociais têm influência direta na formação da subjetividade da mesma.

Os motivos citados anteriormente, que levam as mulheres a sair de casa para trabalhar em troca de um salário, arriscar seu desempenho reprodutivo histórico e as novas cobranças sociais, podem justificar os resultados identificados em nossa pesquisa, que mostram um predomínio de mulheres no grupo que mencionou mudanças na subjetividade após a perda do emprego.

Ainda em relação a estas diferenças, devemos considerar que por motivos culturais, o homem tem mais dificuldade de falar sobre seus sentimentos. E, quando se trata da impossibilidade de sustentar a prole, o que está em jogo é sua identidade de provedor, ou seja, o que ainda aparece para alguns grupos sociais, principalmente da classe trabalhadora, é que esta função de prover está determinada socialmente como sendo masculina. Assim sendo, assumir mudanças na sua subjetividade após a perda do emprego pode colocar em risco sua identidade.

É importante ressaltar que a família faz a mediação entre o indivíduo e a sociedade em geral, e se interpõe entre os seus membros e os demais grupos sociais, permitindo que ambos desenvolvam suas atividades e estabeleçam as suas relações mútuas. Por isso, a família promove os processos de identificação, construção dos tipos

de emoções e pensamentos conforme os conhecimentos, práticas e função da classe social a que se pertence.

Desta maneira, é dentro da família que o trabalhador desempregado vivenciará primeiramente os significados sociais atribuídos à falta de emprego, e construirá os seus sentidos pessoais, estruturantes das suas subjetividades. Como na família as emoções são expressas mais abertamente, os trabalhadores desempregados vivenciam a dicotomia entre a família que acolhe, mas que ao mesmo tempo muda para com eles, os cobrando e depreciando.

Na situação de desemprego, a família de origem, geralmente, atua apoiando, principalmente financeiramente. Entretanto, este papel pode variar, e em alguns casos, o desempregado não pode contar com a família de origem, sendo inclusive responsável pelo sustento da mesma. Na família primária, os cônjuges, usualmente, fornecem suporte afetivo e material. Porém, com o advento do desemprego, estas dinâmicas se alteraram, e a falta de condições para suprir as necessidades promove mudanças na subjetividade dos trabalhadores, que podem levar a desestruturação das relações interpessoais, principalmente quando se tem filhos como dependentes.

O desemprego significa a perda das condições financeiras de cumprir os compromissos assumidos socialmente pelo trabalhador, o que tem repercussão direta na sua identidade. Na presente pesquisa, constatou-se que 52,4% dos desempregados do Grupo I, que referiram ter percebido mudanças, disseram possuir dependentes, porcentagem essa significativamente maior que a do outro grupo, no qual apenas 44,1 % relataram possuir dependentes. Com estes resultados, podemos inferir que ter ou não dependentes, influencia na conformação da subjetividade do desempregado.

Nos dois grupos pesquisados existem várias similaridades no que diz respeito às porcentagens dos tipos de dependentes dos desempregados. Não existem diferenças significativas relacionadas às frequências relativas de dependentes citados como: cônjuge, pais, irmão, enteados, entre outros. Entretanto, os números relativos aos filhos mostram uma diferença importante entre esses grupos. No grupo de desempregados que se referiram a mudanças na sua subjetividade após a perda do emprego, existe uma porcentagem significativamente maior de trabalhadores que citam os filhos como dependentes 42,7%, contra 33,3% no grupo que não refere mudanças.

Pesquisando mais detalhadamente estes dados, pudemos inferir que na nossa amostra, ter dependentes pode impactar de maneira importante na subjetividade do desempregado, principalmente quando os trabalhadores desempregados que referiram ter filhos como dependentes, são do sexo feminino.

A impossibilidade de o desempregado prover implica na perda de um dos fundamentos da sua identidade individual. Na situação de desemprego, atribui-se ao sujeito várias características que são refletidas nos conceitos sociais, sendo que a maioria delas acaba por responsabilizar o indivíduo por estar desempregado. Em termos psicossociais, não poder sustentar os dependentes, significa romper com compromissos produtivos e reprodutivos assumidos socialmente. O indivíduo passa a se sentir desamparado, impotente e incapaz de saciar suas necessidades sociais e de seus dependentes.

Outro item avaliado nesta pesquisa foi o perfil de escolaridade, no qual constatamos que os dois grupos são semelhantes. Em ambos, aproximadamente 60% dos desempregados que procuravam uma recolocação no mercado de trabalho, tinham Ensino Médio completo ou incompleto. As diferenças estatisticamente significativas entre os grupos estão relacionadas ao Ensino Superior.

Apesar das Agências de Emprego onde os dados foram coletados priorizarem empregos para indivíduos com Ensino Médio, cerca de 15% dos desempregados tinham,

pelo menos, Ensino Superior incompleto. No Grupo I, que refere mudanças após o desemprego, a porcentagem de pessoas com Nível Superior completo é significativamente maior que no Grupo II, que não percebeu mudanças. Em contrapartida, notamos que no Grupo II, existe uma porcentagem maior de pessoas com Nível Superior incompleto quando comparado ao outro grupo.

Devemos lembrar que nesta pesquisa, como citamos anteriormente, o grupo que refere mudanças, tem a média de idade maior que o grupo que não percebeu mudanças. Esse fato por si só, poderia ser usado para justificar a diferença observada, uma vez que por serem mais velhos, os desempregados do Grupo I teriam tido mais tempo para terminarem seus cursos superiores.

Entretanto, quando falamos de Ensino Superior Incompleto, não estamos nos referindo apenas a indivíduos que continuam estudando, pois, cerca de 45% dos entrevistados com Nível Superior Incompleto, afirmaram ter interrompido seus estudos por diversos motivos como: dificuldades financeiras, mudança de cidade e casamento. Por esse razão, não podemos instituir apenas um caráter de linearidade temporal para este fenômeno, uma vez que essa linearidade pode ser interrompida a qualquer momento, por diversas causas, como os citados acima.

Independentemente dos indivíduos com escolaridade no Nível Superior incompleto estarem procurando emprego para custear os estudos, ou terem interrompido seus estudos por acontecimentos que fazem parte de sua realidade social, por não terem concluído sua formação ainda, sua situação é significativamente diferente de sujeitos com Nível Superior completo. Estes, por terem concluído esta etapa de formação, após despender muito tempo e dinheiro, encontram-se na maioria dos casos, ávidos em obter retorno do seu investimento. Ao mesmo tempo em que a titulação é motivo de orgulho, ela tem pouco valor social, se não ajudar na obtenção e manutenção de um emprego.

Avaliamos também o tempo que a pessoa encontrava-se desempregada, e constatamos que este é significativamente maior no Grupo I, que refere mudanças na subjetividade após a perda do emprego. Este tempo é de em média 11,05 meses, contra apenas 7,53 meses no Grupo II, que não percebeu diferenças.

Muitos dos novos arranjos e das soluções encontradas pelos desempregados para sua manutenção e a de seus dependentes, têm caráter provisório ou acabam, com o tempo, gerando tensões familiares e sociais progressivamente maiores. Desta forma, o tempo de desemprego interfere diretamente na subjetividade do trabalhador. Ou seja, quanto maior o tempo de desemprego, mais cobranças e mais frustrações vão se acumulando.

Ao avaliarmos a renda familiar a consideramos como o valor médio da somatória mensal de todas as formas de remuneração recebidas pelo trabalhador desempregado e pelos componentes do seu grupo familiar (quando houver), desde que este valor esteja sendo disponibilizado para a manutenção das necessidades dos componentes deste grupo.

Com a perda do emprego e, conseqüentemente, a perda do salário, o indivíduo é retirado do mercado de trabalho, mas também do de consumo. Isto o impossibilita de manter o *status* social que possuía e que garantia sua identidade. Em muitos casos o trabalhador desempregado se propõe a realizar trabalhos em condições precárias, sem estabilidade ou direitos trabalhistas. São os chamados Bicos, que apesar de constituírem um exemplo claro de exploração do trabalho, oferecem a oportunidade do desempregado consumir e prover, mesmo que provisoriamente seu sustento e de seus dependentes.

Outras fontes de renda que muitos desempregados podem contar são oriundas de Programas Sociais. Apesar de serem medidas paliativas, eles oferecem condições

financeiras para a manutenção do desempregado e de sua família, enquanto esse procura uma recolocação no mercado de trabalho.

Nos dois grupos pesquisados, cerca de 50% dos entrevistados colaboram com a renda familiar, sendo o trabalho informal a forma mais freqüente de colaboração, uma vez que aproximadamente 27% dos desempregados de cada grupo afirmaram que recebem remuneração por esta forma de trabalho. Outras fontes como pensões, poupanças e rendas com imóveis, aparecem nos dois grupos com distribuições semelhantes e freqüências muito baixas para uma análise mais detalhada.

Entretanto, no grupo formado pelos trabalhadores desempregados que não referiram mudanças na subjetividade, existe uma porcentagem maior de indivíduos que recebem o Seguro Desemprego (13,9%) em comparação ao outro grupo (6,6%). Mesmo sendo um benefício de caráter temporário, é uma medida que ameniza os efeitos do desemprego e que como vimos nos resultados da atual pesquisa, está relacionada positivamente à manutenção da subjetividade dos trabalhadores após a perda do emprego.

No Grupo II, que não se refere à mudança na subjetividade, a porcentagem de desempregados que indicaram os seus pais como origem da renda (41,7%) é significativamente maior que no Grupo I que se refere às mudanças (32%). Já quando a renda familiar é originária do cônjuge, os resultados são diferentes. No grupo que refere ter notado mudanças, a porcentagem dos que citaram o cônjuge como origem da renda (25,2%), é maior que no grupo que não percebeu mudanças após o desemprego (18%).

Em função destes resultados, podemos concluir que o auxílio dos pais no atendimento às necessidades básicas do desempregado, parece ser um fator que atenua a percepção das mudanças na subjetividade do indivíduo após o desemprego, diferentemente do que acontece quando esta ajuda vem do cônjuge. Esta diferença pode ser determinada culturalmente ou em função das condições que as pessoas assumem por motivos individuais.

No início da vida dos indivíduos, os pais exercem a função de provedores e mantenedores, responsáveis pelo sustento de parte da formação e capacitação dos futuros trabalhadores desde a infância, sendo, portanto, mediadores na transformação do jovem dependente em trabalhador produtivo. Mesmo que os pais em determinados momentos cobrem uma colocação no mercado de trabalho, os vínculos reprodutivos acabam protegendo o filho desempregado.

Já com o cônjuge, há uma determinação social constante para que se responsabilize pelo outro indivíduo. A velha máxima popular de que 'quem casa quer casa', resume as cobranças relacionadas às uniões matrimoniais. Na atual crise do capitalismo, a formação de uma nova família e conseqüentemente as obrigações de sustento da prole, em muitos casos exige de todos os membros do grupo familiar em idade produtiva, uma colocação no mercado de trabalho. Por esse motivo, quando a renda familiar vem do cônjuge e é insuficiente para a manutenção do grupo familiar, mesmo que não haja uma cobrança direta do companheiro, o desempregado sabe que a unidade familiar está em risco.

Neste estudo, os itens questionados foram avaliados separadamente, porém o impacto destas na subjetividade depende não só do nível de significância determinado, mas dos diversos arranjos envolvidos. E, dependendo dos motivos particulares que orientam cada indivíduo nas suas ações, e das expectativas sociais presentes nos arranjos da realidade objetiva do trabalhador desempregado, o impacto da perda do emprego na sua subjetividade será percebido de maneira diferente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho, 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. Os Sentidos do Trabalho, Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 8ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

LEÃO, Inara Barbosa (Org.) Educação e Psicologia: reflexões a partir da teoria Sócio-Histórica. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

\_\_\_\_\_, et al. Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e Emoção. Pesquisas e Práticas Psicossociais. V. 1, n. 2, São João Del-Rei, dez. 2006.

\_\_\_\_\_, (Org.) Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho – GEPAPET. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Campo Grande, 24 de maio de 2008. Disponível em: [WWW.midiamax.com/arquivos/52209035.doc](http://WWW.midiamax.com/arquivos/52209035.doc).

LEONTIEV, Alexis. O Desenvolvimento do Psiquismo, 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política, vol. 1, livro primeiro. São Paulo: Editor Abril, 1983.

PEREIRA, M. C. Desemprego e subjetividade no contexto brasileiro: uma análise interpretativa sob a ótica dos excluídos do mercado de trabalho industrial. Revista Mal-Estar e Subjetividade / Fortaleza / V. VI / N. 1 / P. 143 - 181 / MAR. 2006.

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo, SP: Boitempo Editorial: 2001.

VIGOTSKI, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.